

RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 138 – 16/03 a 20/03/2020

Sumário

- ✘ Destaque da Semana
- ✘ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✘ Notícias do Executivo
- ✘ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✘ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✘ eSocial
- ✘ Outras Notícias
- ✘ Atos Normativos
- ✘ Dados Estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Coronavírus: governo anuncia medidas para proteger empregos e distribuir renda](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 18/03/2020

O governo federal anunciou nesta quarta-feira (18) uma série de medidas para proteger o emprego e as pessoas de baixa renda no país. Entre as propostas, estão a criação de um auxílio emergencial de R\$ 200 e a simplificação temporária de regras trabalhistas. Elas serão enviadas ao Congresso Nacional para apreciação de deputados e senadores.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Coronavírus: TST suspende prestação de serviços presenciais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/03/2020

A direção do Tribunal Superior do Trabalho editou nesta quinta-feira (19) o Ato TST.GP 132/2020, com redação alterada pelo [Ato TST.GP 133/2020](#), que suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal. O documento também estabelece protocolo para a prestação presencial mínima, que ficará restrita aos serviços essenciais ligados à atividade-fim do TST. A medida de emergência visa à prevenção da disseminação do novo coronavírus.

[Operário que perdeu o braço em acidente em siderúrgica tem indenização aumentada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/03/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou para R\$ 200 mil o valor da indenização devida a empregado da Siderúrgica Ibérica do Pará S. A., de Marabá (PA), que teve o braço inteiramente esmagado num acidente de trabalho. O colegiado considerou irrisório o valor fixado nas instâncias anteriores, de R\$ 35 mil por danos morais e R\$ 35 mil por danos estéticos, diante da extensão e da gravidade da lesão.

[Ação de técnico que fez acordo em comissão de conciliação prévia é rejeitada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/03/2020

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou improcedente a ação ajuizada por um técnico da ETE - Engenharia de Telecomunicações e Eletricidade Ltda. que havia feito acordo por meio de Comissão de Conciliação Prévia (CCP). Segundo a Turma, ao assinar o termo de conciliação sem ressalvas, o trabalhador deu quitação plena do contrato de trabalho.

[Corregedor-geral da Justiça do Trabalho edita duas novas recomendações](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/03/2020



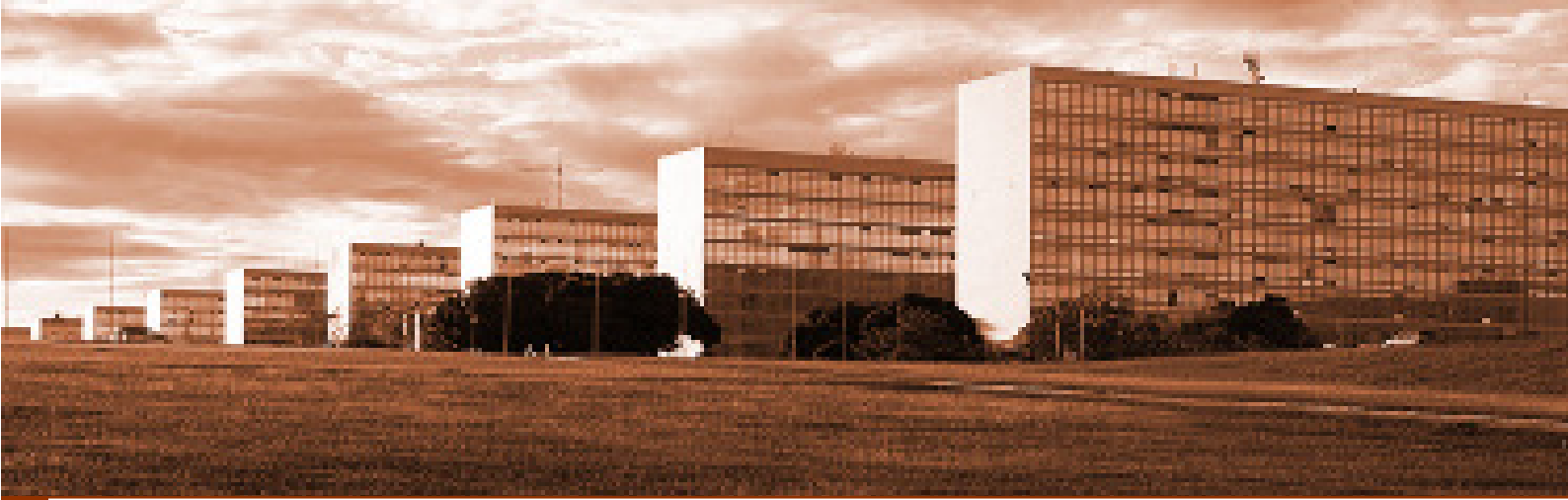
Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

A [Recomendação GCGJT 4/2020](#) estabelece a suspensão dos prazos processuais de 18 a 31/3. A [Recomendação GCGJT 5/2020](#), por sua vez, estabelece as prioridades dos regimes de trabalho remoto sugerido pelo Comitê Nacional da Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET).

[Coronavírus: presidente do TST suspende prestação de serviços não essenciais e define novas medidas preventivas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/03/2020

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Cristina Peduzzi, suspendeu nesta terça-feira (17) a prestação de serviços não essenciais no âmbito do Tribunal e estabeleceu protocolo para a prestação presencial de serviços no cumprimento das atribuições-fim da Corte, como medida de emergência para prevenção da disseminação do novo coronavírus. As medidas, que fazem parte do [Ato GDGSET.GP 126/2020](#), têm vigência imediata.



Notícias do Executivo

[Atendimento em unidades do Trabalho é suspenso por conta do coronavírus](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 20/03/2020

Todas as unidades do Trabalho nas 27 unidades da federação estão com atendimento presencial suspenso. A medida entrou em vigor nesta quarta-feira (18) e tem como objetivo contribuir no combate à pandemia de coronavírus no país.

[Para proteger segurados, governo reforça trabalho virtual no INSS](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 20/03/2020

Com o objetivo de resguardar segurados, o governo federal decidiu modificar a forma de atendimento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Como as agências estarão fechadas por 15 dias, serão reforçados os canais virtuais e simplificados os processos para o acesso a benefícios previdenciários.

[Prova de vida está suspensa por quatro meses](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 18/03/2020

Beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não terão interrupção nos pagamentos por não realizar a prova de vida pelos próximos quatro meses, a partir deste mês de março. A suspensão do procedimento faz parte das medidas estabelecidas pelo órgão para enfrentamento do Covid-19 (Coronavírus), com o objetivo de reduzir o risco de contágio entre cidadãos. As medidas foram divulgadas por meio da Portaria 373/2020, no Diário Oficial da União desta terça-feira (17).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Coronavírus: MPT expede nota técnica para proteção do emprego](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/03/2020

O Ministério Público do Trabalho, representado pelo seu procurador-geral, Alberto Bastos Balazeiro, em conjunto com o coordenador da Coordenadoria Nacional da Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), Ronaldo Lima dos Santos, e a vice-coordenadora da Conalis, Carolina Pereira Mercante, redigiram [Nota Técnica](#) colocando o MPT à disposição de entidades governamentais, empresariais e profissionais, para proceder as mediações necessárias decorrentes da pandemia do coronavírus (Covid-19) nas relações de trabalho.

[MPT recomenda que empresas aceitem autodeclaração de trabalhadores com sintomas da Covid-19 como justificativa para ausência do local de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/03/2020

Em documento divulgado neste sábado (21), o Ministério Público do Trabalho (MPT) recomenda às empresas e empregadores que aceitem autodeclarações de seus trabalhadores que estejam com sintomas da Covid-19, mesmo sem atestados médicos, como justificativa para se ausentar do local de trabalho. De acordo com o texto, a [recomendação](#) é uma medida preventiva e tem por base o disposto no art. 3º, § 3º, da Lei nº 13.979/2020. Esse artigo determina que o período em que o trabalhador estiver em isolamento ou quarentena em razão do coronavírus será computado como falta justificada, tanto no serviço público, quanto em trabalho na iniciativa privada.

[MPT defende a preservação da empregabilidade e do trabalho digno também durante a pandemia do COVID-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/03/2020

Nota destaca que as medidas a serem adotadas devem levar em conta o diálogo social e ter a participação de entidades de categorias; instituição também defende políticas públicas que preservem o poder aquisitivo dos trabalhadores.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Ministério Público do Trabalho organiza sua atuação para fazer frente a crise da Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/03/2020

O procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, baixou ontem (18), [portaria](#) que estabelece as diretrizes para o funcionamento do Ministério Público do Trabalho em âmbito nacional, enquanto durarem as medidas de prevenção necessárias ao combate da Covid-19 no Brasil. Balazeiro criou também Grupo de Trabalho com o objetivo de propor e coordenar ações para reduzir os impactos negativos trabalhistas decorrentes da pandemia.

[Coronavírus: Nota técnica traz diretrizes para a proteção de trabalhadores domésticos](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/03/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou nova [nota técnica](#) nesta quarta-feira (18) com diretrizes a empregadores para conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) entre trabalhadoras domésticas, cuidadores ou vinculados a empresas ou plataformas digitais de serviços de limpeza. O documento complementa as notas técnicas publicadas nos dias 14 e 17 de março, voltadas a trabalhadores expostos a altos níveis de contaminação e aos que possuem tarefas familiares.

[Coronavírus: veja aqui as notas técnicas e as recomendações do MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/03/2020

Até o momento, a instituição divulgou documentos com recomendações e medidas a serem adotadas neste período de crise.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SRT-GO – Notificação Recomendatória estabelece regras de redução à disseminação do Coronavírus nos ambientes de trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 20/03/2020

As Coordenações da Auditoria-Fiscal do Trabalho do Setor de Saúde e Segurança do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho em Goiás – SRT/GO elaboraram e divulgaram nesta sexta-feira, 20 de março, a Notificação Recomendatória nº 02/2020 com o objetivo de reduzir a disseminação do Coronavírus – Covid-19 nos ambientes de trabalho. [Confira aqui](#) o texto do documento de recomendações.

[Centrais divulgam nota pedindo proteção ao emprego e à produção enquanto durar a crise](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/03/2020

Em nota divulgada no dia 16 de março, as Centrais sindicais criticaram as medidas apresentadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes e pedem que o Estado garanta medidas de proteção ao emprego e também para a atividade produtiva. Segundo as Centrais, o plano vai na contramão das medidas adotadas pelos países mais afetados pelo Coronavírus. Entre as medidas, o governo prevê que as empresas poderão promover corte de salário e jornada de trabalho sem prévia negociação com os sindicatos.

[Artigo destaca a importância do eSocial para a rotina dos Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/03/2020

O artigo “[O eSocial e a Fiscalização do Trabalho](#)”, de autoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho João Paulo Ferreira Machado, que é coordenador Geral de Governo Digital Trabalhista e José Alberto Reynaldo Maia Alves Filho, destaca os pontos positivos do eSocial para a Fiscalização do Trabalho.

eSocial

Notícias do e-Social

[Adiada a manutenção programada do eSocial](#)

Portal eSocial - 19/03/2020

A manutenção programada do eSocial prevista para o dia 22/03, próximo domingo, foi adiada. O adiamento se dá pela necessidade de adequações nas atividades da equipe técnica, dadas as mudanças na forma de trabalho decorrentes do COVID-19 (coronavírus).

[Substituição de obrigações: dados do eSocial passaram a alimentar o CAGED e a RAIS para obrigados](#)

Portal eSocial - 18/03/2020

O eSocial [passou a substituir](#) as obrigações de prestar informações ao CAGED e à RAIS para as empresas pertencentes aos grupos 1, 2 e 3 (CAGED) e grupos 1 e 2 (RAIS). Isto não quer dizer que esses bancos de dados deixaram de existir: simplesmente a forma de prestação de informações é que mudou. Em vez de usar os sistemas próprios da RAIS e do CAGED, as informações já prestadas ao eSocial servirão para alimentar os bancos de dados, preservando as respectivas séries históricas.

[eSocial terá parada programada para manutenção](#)

Portal eSocial - 18/03/2020

O eSocial ficará temporariamente fora do ar no próximo dia 22/03, domingo, das 08h às 16h, para a execução de manutenção programada. A medida é necessária para aplicação de melhorias internas no sistema. Todos os ambientes serão afetados: Web Geral, Web Simplificado, Web Doméstico e Web Service.



Outras Notícias

[A Justiça do Trabalho em tempos de crise decidindo para salvar vidas](#)

Consultor Jurídico - 20/03/2020

Por conta da grave ameaça do coronavírus as notícias são tantas que não conseguimos acompanhá-las, tendo que escolher as que mais nos interessam e, no nosso caso, estamos atentos ao que vem ocorrendo no âmbito trabalhista, diante dos impactos que já estão atingindo empregados e empregadores nas relações de trabalho e, claro, sobre o papel da Justiça do Trabalho para resolver os conflitos inerentes.



Atos Normativos

[RETIFICAÇÃO SEPRT - PORTARIA Nº 6.730, DE 9 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 16/03/2020 Seção I Pág. 29) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. (Processo nº 19966.100073/2020-72);

[PORTARIA INSS Nº 373, DE 16 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 17/03/2020 Seção I Pág. 26) - Estabelece orientações quanto às medidas protetivas, no âmbito do INSS, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19);

[PORTARIA INSS Nº 375, DE 17 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 18/03/2020 Seção I Pág. 37) - Estabelece medidas para as unidades descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social quanto às medidas de proteção que devem ser adotadas no atendimento ao público para prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

[CIRCULAR CEF Nº 894, DE 17 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 18/03/2020 Seção I Pág. 38) - Divulga versão atualizada do Manual Operacional do Agente Operador do FGTS;

[PORTARIA ME Nº 103, DE 17 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU 18/03/2020 Seção I Extra - Pág. 01) - Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento, em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde relacionada ao coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 849, DE 18 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 19/03/2020 Seção I Pág. 23) - Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 850, DE 18 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 19/03/2020 Seção I Pág. 24) - Institui Linha de Crédito Proger Urbano Capital de Giro, no âmbito do Proger Urbano;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 853, DE 18 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 19/03/2020 Seção I Pág. 25) - Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2020 entre as modalidades no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL;



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 854, DE 18 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 19/03/2020 Seção I Pág. 25) - Aprova o Mapeamento de Demandas de Qualificação Social e Profissional - MDQSP, exercício 2020;

[PORTARIA CONJUNTA INSS Nº 2, DE 12 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 19/03/2020 Seção I Pág. 32) - Define procedimentos para implantação/reativação de benefícios por incapacidade decorrentes de decisão judicial;

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT/STRAB Nº 7.806, DE 18 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 20/03/2020 Seção I Pág. 66) - Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento da Secretaria de Trabalho, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19. (Processo nº 19955.100318/2020-91);

[PORTARIA SEPRT Nº 8.024, DE 19 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 20/03/2020 Seção I Pág. 67) - Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). (Processo nº 10128.106029/2020-73);

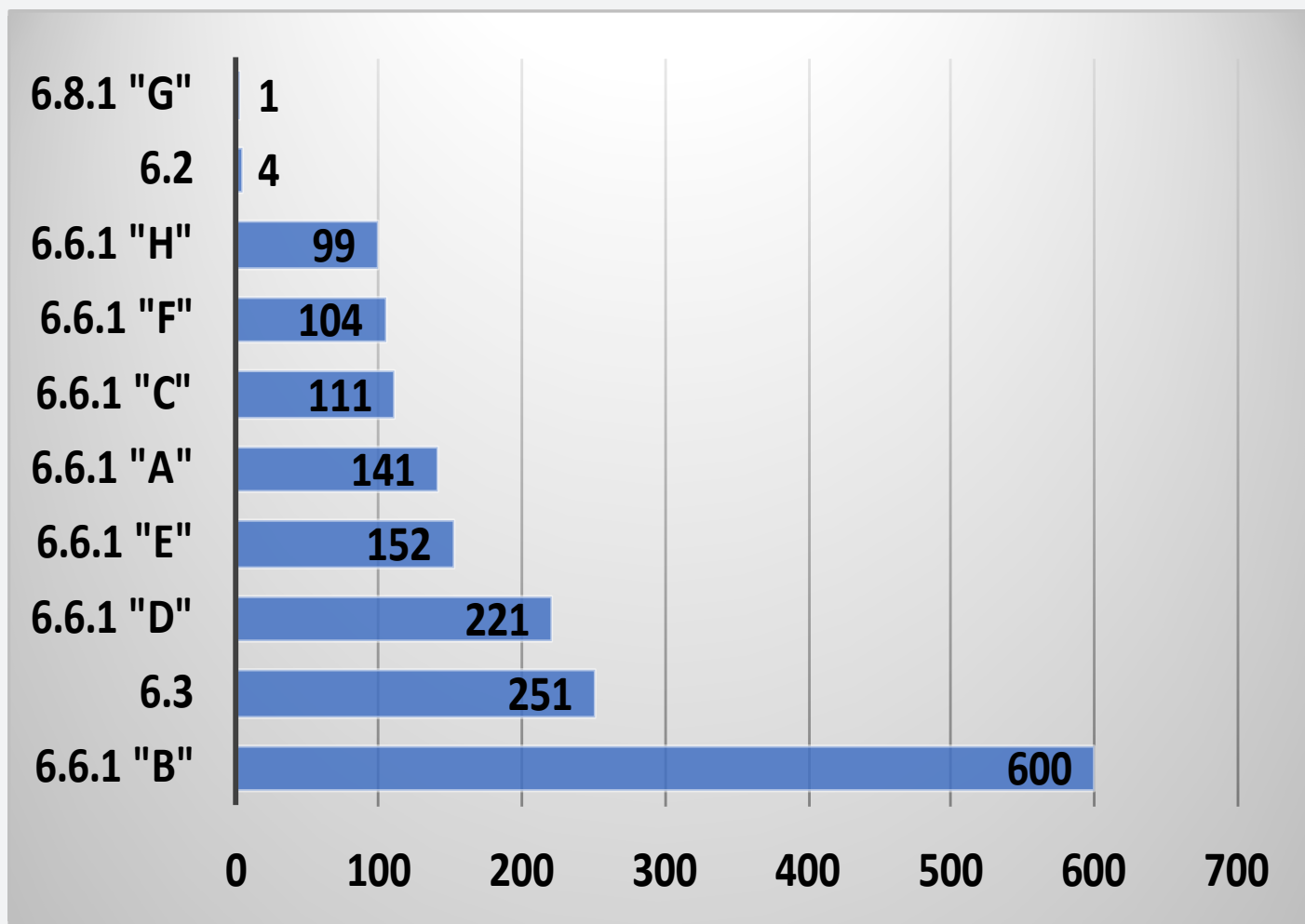
[DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020](#) (DOU de 20/03/2020 Seção I Extra C Pág. 01) - Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

[DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 20/03/2020 Seção I Extra G Pág. 01) - Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 06 (Equipamentos de Proteção Individual) mais capitulados como "Notificação" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
b) exigir seu uso;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico

6.2 O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.8.1 O fabricante nacional ou importador deverá:
g) comunicar ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho quaisquer alterações dos dados cadastrais fornecidos;

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico